



SBOTPREV
FUNDO DE PREVIDENCIA

Relatório Anual 2019



ÍNDICE

1	MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	3
2	PANORAMA ECONÔMICO DE 2019	4
3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS	5
4	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	22
5	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	29
6	PARECER ATUARIAL	32
7	PARECER DO CONSELHO FISCAL	38
8	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	39
9	GLOSSÁRIO	40
10	MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	43

1 | MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV apresenta o relatório das principais atividades da Entidade durante 2019 como autoriza a Resolução CGPC n. 23/2006 e Instrução PREVIC n.13/2014.

Neste material você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da SbotPrev e de seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, a situação atuarial e informações segregadas de seu Plano, possibilitando um melhor acompanhamento de seu Plano de Previdência Complementar.

O SBOTPREV teve seu início de funcionamento em março de 2010, encerrando o exercício de 2019 com 1.688 participantes e um Patrimônio de quase R\$ 55 milhões.

O Relatório Anual 2019 está disponível para consulta através do site www.sbotprev.org.br

Mais uma vez, o SBOTPREV mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com clareza e objetividade.

Boa Leitura!

DIRETORIA EXECUTIVA

2 | PANORAMA ECONÔMICO DE 2019

A posse do novo governo trouxe bastante otimismo ao mercado. Bolsonaro montou um ministério apartidário, sinalizando seu compromisso com a formação de um grupo de especialistas que agregue conhecimento técnico em importantes áreas da administração pública. O time econômico, em especial, tem muito prestígio junto ao mercado, o que fortaleceu a mensagem institucional e o compromisso com as finanças públicas.

Nesse sentido, a Reforma da Previdência foi aprovada com economia prevista de cerca de R\$ 800 milhões em dez anos. Incluindo o montante que será economizado com as medidas antifraude do INSS, lançadas também em 2020, o total alcança R\$ 1 trilhão no período. A aprovação da Nova Previdência consolidou o reconhecimento da necessidade e urgência de uma política fiscal responsável também por parte do Congresso, abrindo espaço para a continuidade da agenda de reformas liberais em Brasília. Essa melhora fiscal teve impactos benéficos em toda a curva de juros, que apresentou um significativo fechamento de taxa, como reflexo da melhora dos fundamentos domésticos, principalmente em prazos mais longos.

A parte mais curta da curva foi impactada pelas reduções de juros feitas pelo COPOM. Entre julho e dezembro, o Comitê cortou a taxa de juros em 200 bps, levando a Selic para 4,50% a.a.. A inflação comportada, com núcleos em patamar confortável e expectativas ancoradas, permitiram o ciclo de afrouxamento monetário descrito acima. Em 2019 a inflação alcançou 4,31%, levemente acima da meta de 4,25%, como resultado da alta nos preços das proteínas no final do ano.

A atividade em recuperação apenas gradual e ainda muito incerta, também motivou o ciclo de redução na taxa de juros. Após um terceiro trimestre acima das expectativas, a atividade voltou a apresentar resultados aquém do esperado e o PIB cresceu 1,1% no ano, após alta de 1,3% em 2018.

No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China foi o grande assunto internacional, com diversas retaliações por ambos os lados, como tarifações sobre importações, acusações de manipulação cambial e sanções a empresas. Um armistício no final do ano promoveu a flexibilização de algumas restrições impostas, com perspectivas melhores à frente.

Considerações Legais: A Mongeral Aegon Investimentos Ltda é responsável pela elaboração desse material, mas não se responsabiliza por quaisquer atos e/ou decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por meio de suas publicações e projeções. Todos os dados e/ou opiniões aqui presentes não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados e/ou análises desta publicação deverão ser assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo a Mongeral Aegon Investimentos Ltda de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes do uso deste material.

Mongeral Aegon Investimentos Ltda

Travessa Belas Artes 15 – Centro

Rio de Janeiro/RJ

www.mongeralaegon.com.br

Contato: (21) 3722 2338

3 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		2019	2018	PASSIVO		2019	2018
Disponível	Nota 4.1.1	223	570	Exigível Operacional	Nota 4.1.4	259	782
Realizável	Nota 4.1.2	54.274	49.557	Gestão Previdencial		253	268
				Gestão Administrativa		6	514
Investimentos		54.268	49.556	Patrimônio Social	Nota 4.1.5	54.256	49.360
Fundos de Investimento		54.268	49.556	Patrimônio de Cobertura do Plano		52.889	48.875
Permanente	Nota 4.1.3	18	15	Provisões Matemáticas		52.889	48.875
Imobilizado		18	15	Benefícios Concedidos		521	426
				Benefícios a Conceder		52.368	48.449
				Fundos		1.367	485
				Fundos Administrativos		1.367	485
TOTAL DO ATIVO		54.515	50.142	TOTAL DO PASSIVO		54.515	50.142

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	49.360	42.383	16,46%
1. Adições	13.563	12.670	7,05%
(+) Contribuições Previdenciais	9.248	8.927	3,60%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.576	2.722	-5,36%
(+) Receitas Administrativas	1.672	970	72,37%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	67	51	31,37%
2. Destinações	-8.667	-5.693	52,24%
(-) Benefícios	-7.810	-4.855	60,87%
(-) Despesas Administrativas	-857	-838	2,27%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	4.896	6.977	-29,83%
(+/-) Provisões Matemáticas/Fundos	4.014	6.794	-40,92%
(+/-) Fundos Administrativos	882	183	381,97%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	54.256	49.360	9,92%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	48.875	42.081	16,15%
1. Adições	11.824	11.649	1,50%
(+) Contribuições	9.248	8.927	3,60%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.576	2.722	-5,36%
2. Destinações	-7.810	-4.855	60,87%
(-) Benefícios	-7.810	-4.855	60,87%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.014	6.794	-40,92%
(+/-) Provisões Matemáticas	4.014	6.794	-40,92%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	52.889	48.875	8,21%
C) Fundos não Previdenciais	1.367	485	181,86%
(+/-) Fundos Administrativos	1.367	485	181,86%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação %
1. Ativos	54.509	49.628	9,84%
Disponível	153	480	-68,13%
Recebível	1.367	485	181,86%
Investimento	52.989	48.663	8,89%
Fundos de Investimento	52.989	48.663	8,89%
2. Obrigações	253	268	-5,60%
Operacional	253	268	-5,60%
3. Fundos não Previdenciais	1.367	485	181,86%
Fundos Administrativos	1.367	485	181,86%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	52.889	48.875	8,21%
Provisões Matemáticas	52.889	48.875	8,21%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	485	302	60,60%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.739	1.021	70,32%
1.1. Receitas	1.739	1.021	70,32%
Custeio Administrativo dos Investimentos	550	505	8,91%
Receitas Diretas	615	464	32,54%
Outras	507	-	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	67	52	28,85%
2. Despesas Administrativas	-857	-838	2,27%
2.1. Administração Previdencial	-854	-637	34,07%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-103	-29	255,17%
Viagens e Estadias	-11	-19	-42,11%
Serviços de Terceiros	-476	-394	20,81%
Despesas Gerais	-202	-151	33,77%
Depreciações e Amortizações	-3	-3	0,00%
Tributos	-59	-41	43,90%
2.2. Administração dos Investimentos	-3	-201	-98,51%
Tributos	-3	-12	-75,00%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	882	183	381,97%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	882	183	381,97%
Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.367	485	181,86%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação %
Provisões Técnicas (1+4)	53.142	49.143	8,14%
1. Provisões Matemáticas	52.889	48.875	8,21%
1.1. Benefícios Concedidos	521	426	22,30%
Contribuição Definida	521	426	22,30%
1.2. Benefícios a Conceder	52.368	48.449	8,09%
Contribuição Definida	52.368	48.449	8,09%
Saldo de Contas - Parcela Instituidores	41	28	46,43%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	52.327	48.421	8,07%
4. Exigível Operacional	253	268	-5,60%
4.1. Gestão Previdencial	253	268	-5,60%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV, é uma entidade fechada de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ 11.401.654/0001-43 e CNPB 2009.0024-74 constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 3.080 de 08 de outubro de 2009, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. É Instituidor Fundador da SBOTPREV, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O SBOTPREV tem sede e foro na Alameda Lorena, nº 427 - 4º andar - São Paulo - SP, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O SBOTPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

O Plano de Benefícios SBOTPREV possuía na data base o seguinte quadro de participantes ativos e assistidos:

Descrição	2019	2018
Participantes Ativos	1.688	1.613
Idade Média	43 anos	42 anos
Participantes Assistidos*	4	3
Idade Média	66 anos	65 anos

*Participantes assistidos considera Aposentados e Pensionistas

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a SBOTPREV não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Entidade é regida por estatuto, pelos regulamentos do plano de benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, sendo a mais recente a IN MPS/PREVIC nº 11 de 03 de dezembro de 2018 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, e as práticas contábeis brasileiras.

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, por Planos de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os re-

gistros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas tiveram sua emissão autorizada pela Diretoria da Entidade em 30 de janeiro de 2020.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do SBOTPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O SBOTPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis. As práticas contábeis aplicadas em 2019 estão de modo uniforme em relação a 2018.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escriturados com base no regime de caixa,

de acordo com o Art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC Nº 29 de 13 de abril de 2018.

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

No exigível operacional são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

Para as provisões matemáticas o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Na Entidade não houve movimentações com estas características no período correspondente a esta demonstração.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da entidade.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Balanço Patrimonial

4.1.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<u>Bancos</u>	<u>570</u>	<u>570</u>
Brasil	1	1
Itaú	222	569
Total Disponível	223	570

4.1.2. Realizável

4.1.2.1. Gestão Administrativa

Registra os valores de contas a receber, adiantamentos e despesas antecipadas.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Despesas Antecipadas	7	1
Total Realizável Administrativo	7	1

4.1.2.2. Investimento

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 e a Política de Investimentos da Entidade, todos os recursos do SBOTPREV são investidos em cotas de fundo de investimento (Mongeral Aegon SBOTPREV Fundo de Investimento Multimercado – CNPJ 19.366.021/0001-53)

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Plano de Gestão Previdencial	<u>52.989</u>	<u>48.663</u>
Fundos de Investimento - Multimercado	52.989	48.663
Plano de Gestão Administrativa	<u>1.279</u>	<u>893</u>
Fundos de Investimento - Multimercado	1.279	893
Total Realizável Investimentos	54.268	49.556

4.1.3. Permanente - Imobilizado

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens de acordo com o tempo de vida útil.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

Descrição (taxa)	2019	Aquisições	Depreciações	2018
Imobilizado	18	6	3	15
Computadores (20%)	4	3	1	2
Periféricos (20%)	1	-	1	2
Sistemas Operacionais (20%)	1	-	-	1
Móveis e Utensílios (10%)	12	3	1	10
Total do Ativo Permanente	18	1	3	15

O valor total das depreciações acumuladas não atinge R\$ 1 mil.

4.1.4. Exigível Operacional

4.1.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar, as retenções a recolher incidentes sobre estes e os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Retenções a Recolher	31	42
Obrigações Contratadas	212	221
Outras Exigibilidades	10	5
Total Exigível Gestão Previdencial	253	268

4.1.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade, relativo a tributos, fornecedores e retenções a recolher.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Fornecedores	-	507
Mongeral Aegon Investimentos Ltda	-	507
Retenções a Recolher	1	2
Tributos a Recolher	5	5
Total Exigível Gestão Administrativa	6	514

Neste exercício no mês julho/2019, houve uma reversão no valor R\$ 605 mil decorrente da reversão de despesas de exercício anteriores.

4.1.5. Patrimônio Social

4.1.5.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios SBOTPREV.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os participantes.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria SBOTPREV.

O valor das provisões matemáticas do plano, está evidenciado no quadro VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Provisões matemáticas	52.888	48.875
Benefícios Concedidos	520	426
Contribuição definida	520	426
Saldo de contas - Assistidos	520	426
Benefícios a conceder	52.368	48.449
Contribuição definida	52.368	48.449
Saldo de contas - parcela instituidores	41	28
Saldo de contas - parcela participantes	52.327	48.421
Total Patrimônio de Cobertura do Plano	52.888	48.875

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios definidos é o de capitalização.

Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pela atuária independente Tatiana Cardoso Guimarães da Silva, MIBA nº 1042, contratada pela Entidade. Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pela atuária e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2019	2018
A. Econômicas		
Taxa real de juros	4,09% a.a	4,19% a.a
B. Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 – F Suav 10%	AT-2000 – F Suav 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 – F Suav 10%	AT-2000 – F Suav 10%

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuarias não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios SBOTPREV, administrado pelo SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuarias anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2019 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

4.1.5.2. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial Diferenças de Cotas, representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com cota do mês anterior. No encerramento do exercício de 2019 o Fundo Previdencial de Fundo de Diferenças de Cotas obteve o valor de R\$ 1.643,05.

4.1.5.3. Fundo Administrativo

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

	2019	Constituição	2018
Fundos Administrativos	1.367	882	485
Plano de Gestão Administrativa	1.367	882	485
Fundos	1.367	882	485

Neste exercício no mês julho/2019, houve uma constituição no fundo Administrativo no valor R\$ 605 mil decorrente da reversão de despesas de exercício anteriores.

4.1.6. Apresentação dos efeitos da consolidação

De acordo com o item 28 do anexo "A" da Instrução SPC nº 34 de 27/09/2009 e suas alterações, os ajustes necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Código	Conta	2019	2018
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.367	485
	Plano de Benefícios SBOTPREV	-1.367	-485
2.3.2.2.01.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.367	485
	Plano de Benefícios SBOTPREV	-1.367	-485

5. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

5.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2020

A taxa de juros de 4,09% ao ano foi calculada para utilização na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2018, conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, e na Portaria PREVIC nº 363, de 26 de abril de 2018.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas exclusivamente dos saldos de contas dos participantes.

Entretanto, essa premissa é utilizada em cálculos de benefícios, devendo a Entidade adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano, acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração do passivo de dez anos.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 300/2019, é de 5,84% ao ano, sendo o limite inferior de 4,09% ao ano e o limite superior de 6,24% ao ano.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2020 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2019, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 4,09% ao ano (INPC+4,09%), estando este em acordo com a citação no item 4 do Parecer Atuarial 12/2019 sobre as Premissas Atuarias.

5.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da SBO-TPREV teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições em atraso dos participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre os Programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

5.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Rentabilidade

Plano Previdencial

A Rentabilidade dos investimentos apurada pela cotação média no período. A rentabilidade líquida acumulada no exercício é obtida pela aplicação do Patrimônio de cobertura do Plano deduzida da taxa de administração.

Descrição	2019	2018
Resultado dos Investimentos	6,32%	7,40%
Rentabilidade Líquida	5,24%	6,42%

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade, no próximo exercício, poderá sofrer os impactos econômicos e financeiros, em virtude da pandemia mundial do coronavírus (covid -19).

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019.

Ricardo Esperidião
Diretor Presidente
CPF 095.006.341-04

Adalberto Visco
Diretor Financeiro
CPF 145.624.805-72

Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ 075.023/O-5
CPF 722.624.607-44

4 | INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento que estabelece as bases sobre as quais os ativos da SBOTPREV poderão ser investidos no intervalo de 2020 a 2024.

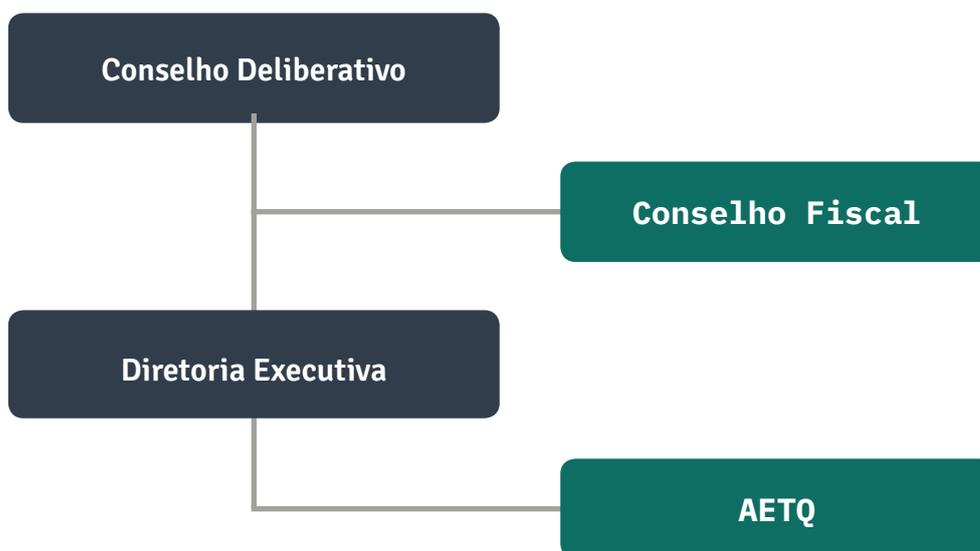
A Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos em um horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, Resolução Bacen 4.449, Resolução CGPC 04, Resolução CGPC 07, Instruções PREVIC 02 e 06, e suas alterações e restrições específicas avaliadas.

ESTRUTURA E GOVERNANÇA

A estrutura de governança distribui as competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Abaixo apresentamos a Estrutura de Governança do Entidade:



CONSELHO DELIBERATIVO

- a) Deliberar sobre a nomeação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- b) Nomear a Diretoria Executiva, fixando-lhes a remuneração, se for o caso;
- c) Dar posse aos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Comitês Gestores de Plano de Benefícios, estes quando instalados;
- d) Deliberar sobre a destituição de conselheiros indicados pelas patrocinadoras e instituidoras e membros da Diretoria Executiva;
- e) Alterar o presente Estatuto;
- f) Aprovar regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações;
- g) Aprovar o custeio anual dos planos de benefícios;
- h) Aprovar regimentos internos e suas alterações;
- i) Deliberar sobre a aquisição e alienação de bens imóveis;
- j) Aprovar e destituir auditores independentes;
- k) Aceitar doações, com ou sem encargos;

l) Aprovar, anualmente, a política geral de investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade, encaminhada pela Diretoria Executiva a qual observará, quando instituído, as recomendações dos Comitês Gestores de cada plano de benefícios;

m) Aprovar o orçamento anual e o Plano de Gestão Administrativa;

n) Aprovar o relatório anual e a prestação de contas da Diretoria Executiva, após parecer do Conselho Fiscal;

o) Apreciar recursos interpostos contra os atos da Diretoria Executiva, observados os prazos e procedimentos dispostos pelo Regimento Interno da Entidade;

p) Deliberar sobre a destinação do patrimônio dos planos de benefícios administrados pelo Entidade, no caso de sua extinção, observados os compromissos assumidos no plano e as regras previstas nos respectivos Convênios de Adesão;

q) Decidir sobre os casos omissos deste Estatuto

CONSELHO FISCAL

a) emitir parecer sobre a prestação de contas da Diretoria, do balanço anual e as demonstrações contábeis da Entidade;

b) examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Entidade e quaisquer operações, atos e resoluções praticados pelos órgãos administrativos da Entidade;

c) fiscalizar o cumprimento das normas e legislação vigentes no âmbito das atividades da Entidade;

d) emitir, semestralmente, os relatórios de controles internos, nos moldes previstos na legislação.

DIRETORIA EXECUTIVA

a) submeter ao Conselho Deliberativo propostas de elaboração e de alteração dos Regimentos Internos da Entidade;

b) sugerir ao Conselho Deliberativo alterações do Estatuto;

c) apresentar balanços e relatórios ao Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e auditores independentes, observada a esfera de atribuições dos órgãos estatutários;

d) sugerir ao Conselho Deliberativo, anualmente, política geral de investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade, ouvindo os Comitês Gestores de cada plano de benefícios, acaso existentes;

e) fornece às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas;

f) relacionar-se com as patrocinadoras e instituidoras;

g) divulgar aos participantes as informações necessárias ao acompanhamento de seus respectivos planos;

h) orientar e executar os negócios da Entidade;

- i)** submeter ao Conselho Deliberativo proposta de alteração dos Regulamentos dos Planos de Benefício;
- j)** submeter ao Conselho Deliberativo o Plano de Custeio de cada um dos planos de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, observado o disposto no Convênio de Adesão e demais atos pertinentes;
- k)** designar o diretor responsável pela administração financeira perante o órgão fiscalizador;
- l)** baixar normas sobre a organização interna e funcionamento da Entidade;
- m)** julgar recursos de decisões individuais de seus membros.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

- a)** responsável pela gestão dos recursos garantidores dos planos;
- b)** responsável pela gestão da alocação dos recursos garantidores dos planos;
- c)** supervisão dos recursos garantidores dos planos;
- d)** controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos;
- e)** prestação de informações relativas à aplicação dos recursos garantidores.

PREMISSAS BÁSICAS

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da Entidade.

Na implementação desta política, a Entidade aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de Índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multi-mercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é o Administrador Fiduciário da carteira da Entidade e responsável pela seleção, acompanhamento e avaliação dos prestadores de serviço relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários, que é feito através de um processo robusto de due diligence. Neste processo são avaliados os processos internos dos prestadores de serviço, a qualidade dos controles, ferramentas e pessoas através de um questionário específico e caso haja necessidade é realizada uma visita in loco para atestar a aderência aos processos e controles descritos no questionário aplicado.

O Administrador Fiduciário também responde pelas técnicas e parâmetros de precificação adotados, que seguem as normas legais e regulamenta-

res estabelecidas e os procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um Preço Indicativo de Mercado (PIC), conforme descrito no Manual de Precificação do Administrador.

A Carteira de investimentos utilizada pela Entidade para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizarem esses serviços. Sendo assim, a Entidade será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Entidade, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A Entidade aplica os recursos buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

COMPOSIÇÃO DO PORTIFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), a SBOTPREV prioriza uma gestão de recursos com foco na maximização de rentabilidade, com um nível de risco confortável para a entidade.

A alocação estratégica dos recursos será dividida em três classes de ativos: Renda Fixa – Juros (CDI), Renda Fixa – Inflação (IPCA), Investimentos Estruturados (CDI) e Renda Variável (IBrX), podendo realizar operações com derivativos.

LIMITE DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA	15%	85%			
Juros	0%	85%	49%	4,70%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
Inflação	15%	50%	30%	6,57%	IPCA
Títulos Públicos Federais	15%	50%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	50%			
RENDA VARIÁVEL	0%	15%	8%	9,94%	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	15%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	15%			
Operações de Futuro (com a síntese de posição à vista)	0%	15%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	10%	5%	5,64%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	10%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	8%	10,00%	Global Equity
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	8%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
Rentabilidade Projetada			6,12%		

RENTABILIDADE 2019

	jan-19	fev-19	mar-19	abr-19	mai-19	jun-19	jul-19	ago-19	set-19	out-19	nov-19	dez-19	2019	12 meses
Fundo	0,86%	0,44%	0,57%	0,61%	0,67%	0,51%	0,50%	0,34%	0,47%	0,47%	0,12%	0,64%	6,37%	6,37%
CDI	0,54%	0,49%	0,47%	0,52%	0,54%	0,47%	0,57%	0,50%	0,46%	0,48%	0,38%	0,37%	5,96%	5,96%
%CDI	158,59%	89,46%	122,54%	116,75%	123,48%	107,85%	87,58%	68,32%	100,84%	98,30%	31,69%	169,88%	106,91%	106,91%

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

RELATÓRIO DE RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE: SBOTPREV

MÊS DE REFERÊNCIA

Dec-19

PLANO DE BENEFÍCIO: SBOTPREV FDO DE PENS. MULTINSTITUÍDO SOC. BRAS. DE ORTO. E TRAUM.

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL

Valor em R\$

Total Demonstrativo de Investimentos: 54.421.584,61

Total Recursos do Plano (Fonte balancete): 54.421.584,61

Diferença: 0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL 153.780,97

Depósitos: 153.780,97

Títulos Públicos:

Títulos Privados:

Ações:

Operações Compromissadas:

Participação em SPE:

Derivativos Opções:

Derivativos Termos:

Derivativos Futuros:

Derivativos Swaps:

Empréstimos/Financiamentos:

Carteira Imobiliária:

Valores a Pagar/Receber:

Exigível Contingencial/Investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL 54.267.803,64

MONGERAL AEGON SBOTPREV FIM 54.267.803,64

5 | RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV** São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPrev (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPrev, em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 20 de março de 2019, sem conter modificação.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 06 de março de 2020.

GF AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 025248/O-6



Vladimir Ortiz Pereira
Contador CRC 1SP 210264/O-1

6 | PARECER ATUARIAL

1. Objetivo

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do **Plano de Benefícios SBOTPREV**, administrando pelo **Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia**.

O Plano SBOTPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando

suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. Base cadastral

A base cadastral com data-base em 31/12/2019 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2019. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. Estatísticas

Participantes Ativos		
Item	2018	2019
Número de participantes ativos*	1.589	1.688
Idade média (anos)	42	43
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	4	5
Contribuição média**	R\$ 520,85	R\$ 662,70
Saldo individual médio	R\$ 30.490,35	R\$ 31.023,59

(*) Quantidade contemplam 87 casos de inscrições canceladas a pedido, 255 casos com inscrições inativas, 4 participantes em BPD e 2 licenciados com manutenção do risco. Todas as situações continuam com saldos de conta na base de dados do plano de benefícios.

(**) Considerando apenas os participantes com situação de Ativos.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2019 na ordem de 6,23% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2018. Os participantes ativos ainda tiveram variação positiva da contribuição média na ordem de 27,23% e uma variação positiva no saldo individual médio 1,75%.

Participantes Assistidos		
Item	2018	2019
Número de participantes assistidos	1	2
Idade média (anos)	67	67
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	9	10
Benefício médio	R\$ 1.158,61	R\$ 1.249,66
Saldo individual médio	R\$ 91.209,46	R\$ 108.163,68

Considerando a tábua AT-2000 F Suavizada em 10% verifica-se que a expectativa de vida aos 67 anos é de 21 anos, portanto, esperamos que a média dos participantes sobrevivam até a idade de 88 anos.

Pensionistas

Item	2018	2019
Número de pensionistas	2	2
Idade média (anos)	63	64
Benefício médio	R\$ 1.791,81	R\$ 1.802,36
Saldo individual médio	R\$ 167.256,96	R\$ 152.083,52

Conforme exposto na tabela 3, não houve nova concessão de pensão no Plano SBOTPrev durante o exercício de 2019. Considerando a tábua AT 2000 F Suavizada em 10% verifica-se uma expectativa de vida média de 24 anos para os pensionistas do Plano SBOTPREV.

4. Hipóteses atuariais

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2019:

- Taxa Real de Juros: 4,09% a.a.;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos, através do Parecer Atuarial 12/2019, o posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano SBOTPREV. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem a obrigatoriedade de reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como meta atuarial do plano de benefícios.

A taxa de juros de 4,09% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2020. Como no Plano SBOTPREV a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 4,19% a.a. para 4,09% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por expectativa de vida e prazo determinado as únicas formas de recebimento que utilizam a taxa de juros em

sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2019, projetamos os saldos até 06/2020 e recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros, os resultados observados foram uma redução média de 0,37% nos assistidos e 0,36% nos pensionistas, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

5. Regime Financeiro e Métodos de Financiamento

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano SBOTPREV, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2019, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.

6. Provisões Matemáticas

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SBOTPREV em 31/12/2018 e 31/12/2019, para fins de comparação com a data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2018	2019
2.3	Patrimônio Social	49.360.040,22	54.256.375,34
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	48.875.059,73	52.888.377,59
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	48.875.059,73	52.888.377,59
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	425.723,39	520.494,40
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	425.723,39	520.494,40
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	425.723,39	520.494,40
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	48.449.336,34	52.367.883,19
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	48.449.336,34	52.367.883,19
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	28.502,00	40.603,96
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	48.420.834,34	52.327.279,23
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	0,00	0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Revisão de Plano	0,00	0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.2	Fundos	484.980,49	1.367.997,75
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	39,92	1.643,05
2.3.2.2	Fundos Administrativos	484.940,57	1.366.354,70
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	0,00	0,00

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 99,02% em função dos recursos vertidos ao plano pelos participantes, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2019 aumentou em 8,21%, com relação ao encerramento do exercício 2018. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2018 pelo INPC acumulado no ano de 2018 teríamos um valor 3,45% menor do que o observado em 2019. Se atualizarmos o patrimônio de cobertura do encerramento do ano de 2018 pelo índice de referência do

plano (INPC + 4,38% a.a. de 01/2019 a 03/2019 e 4,19% a.a. de 04/2019 a 12/2019) teríamos um resultado superior em 0,64% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

Analisando o exercício de 2019, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 5,24%, enquanto o índice de referência montou em 8,91%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pela entidade foi inferior em 3,37% (p.p), em relação ao respectivo índice. A inflação acumulada no mesmo período foi de 4,48%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de 0,73%.

O crescimento do patrimônio de cobertura alcançado justifica-se, ainda que a rentabilidade do Plano SBOTPREV não tenha atingido o índice de referência, ao fato das receitas previdencias do plano terem avultado o valor de R\$ 6.287.666,79, que representam um total de R\$ 1.450.572,02 a mais do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2019.

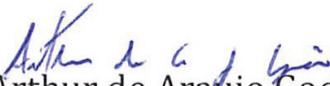
7. Resultados Atuariais

O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2019 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Por fim, atestamos que as informações neste parecer foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.


Arthur de Araujo Godinho Luzia
Atuário MIBA – 2.353
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

7 | PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIOS DOS ANOS DE 2018 e 2019

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 41 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 26 de março de 2020, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2019, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia -SBOTPrev.

São Paulo, 26 de março de 2020.

PAULO LOBO JUNIOR
Presidente – CPF: 186.963.331-87

JOSÉ HUMBERTO DE S. BORGES
Conselheiro Vice-Presidente
CPF: 925.786.911-34

MÁRCIO AUGUSTO R. MENDES
Conselheiro Suplente
CPF: 528.463.421-72

FERNANDO ANTONIO M. F. FILHO
Conselheiro Eleito
CPF: 233.638.603-82

8 | MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO – EXERCÍCIOS DOS ANOS DE 2018 e 2019

Em reunião de 26 de março de 2020, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no uso das competências de que trata Art. 31 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, da Avaliação Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da SBOTPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2019.

São Paulo, 26 de março de 2020.

REYNALDO JESUS GARCIA FILHO
Presidente - CPF: 754.594.188-87

ROMEU KRAUSE GONÇALVES
Conselheiro Vice-Presidente
CPF: 051.048.664-91

ARNALDO JOSÉ HERNANDEZ
Conselheiro Suplente
CPF: 040.310.318-58

9 | GLOSSÁRIO

Balanco Patrimonial: o Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanco Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanco

Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):

a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos:

o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:

as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis uti-

lizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos:

a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente:

o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial:

o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal:

o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informa-

ções complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo:

a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal. Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.

10 | MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

A Diretoria da SBOTPREV apresenta a seus Participantes e Instituidor o Relatório Anual de suas Atividades em 2019, nele constam informações que vão possibilitar o acompanhamento da situação de seu Plano de Benefícios, resumindo as informações mais relevantes sobre os resultados da gestão do Plano de Benefícios no período.

Este Relatório Anual encontra-se em conformidade com as resoluções CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e CNPC nº 2, de 3 de março de 2011, que estabelecem procedimentos básicos para divulgação aos participantes, que foram revogadas pela Resolução nº 32 de 22/01/2020, porém o período objeto do presente relatório, se mostra compatível com a legislação anterior vigente em 2019.

Como medida adotada no ano de 2019 e buscando a captação de novos e a maior assistência aos participantes, ampliamos a equipe de Agentes Comerciais, adotando processo de qualificação constante através de treinamentos, buscando a expertise no atendimento com sugestões de medidas e esclarecimento de dúvidas. Com essa atitude adicionamos o contato do Agente Comercial com acesso direto por parte dos participantes, somando-se aos meios de contato já existentes como a de nossa Central de Atendimento, e-mail e Chat.

Relembramos que como diferencial a SBOTPrev permaneceu em 2019 sem praticar a cobrança da taxa de carregamento.

Acrescentamos que devido as nossas características, não há retenção de nenhuma quantia ou taxa na SBOT, sendo ainda relevante enfatizar que as contribuições feitas ao plano de benefícios podem ser deduzidas no Imposto de Renda até o limite de 12% do rendimento anual tributável durante o período de acumulação.

Atuamos em 2019 buscando a saúde financeira do plano de benefícios, implementamos melhorias na área restrita do participante, tornando-a mais intuitiva com volume maior de informações e permanecemos adotando as melhores práticas de governança e medidas de compliance.

Em 2020, prosseguimos motivados com o compromisso de ampliar o relacionamento com os participantes, com o aprimoramento de medidas que assegurem o melhor atendimento e na busca constante da manutenção da saúde financeira do Plano de Benefícios da SBOTPrev.

Forte abraço,

DIRETORIA EXECUTIVA



Fale Conosco

SAC 0800 887 0348
www.sbotprev.org.br

Alameda Lorena, 4271 14 andar
Jardim Paulista - São Paulo - SP
CEP 01424.000